

NINGUEM FUNDOU PINDAMONHANGABA (IV).

WALDOMIRO BENEDITO DE ABREU

Agradecemos à *Revista de História* o agasalho generoso proporcionado aos nossos trabalhos sobre a fundação de Pindamonhangaba, e a oportunidade de mais uma vez estampar nossas opiniões que promanam de pesquisas, na acepção em que se toma a palavra em Crítica Histórica.

1. — *Polêmica*. — Tem-se dito que a polêmica está fora de moda; todavia, o que parece abandonada é a polêmica em baixo nível, sem embargo de que se acompanha com interesse, pelas colunas de “Folha de São Paulo”, o violento debate entre Yan de Almeida Prado e Paulo Duarte, a propósito da “Semana de Arte Moderna”.

Em matéria de história, continua intensa em São Paulo a polêmica em torno de sua fundação e fundador, acoroçada até mesmo pela Comissão Estadual de Literatura, através de livros que tem publicado de Tito Lívio Ferreira (a), Hélio Damante (b), Álvaro do Amaral (c) e outros.

E nem podia ser de outra forma, dada a importância dos debates em nossos dias, dos simpósios, seminários, encontros, etc.

No caso de Pindamonhangaba, o que tem faltado é justamente discussão a respeito de seus temas históricos, ao invés de copiar e repetir Ataíde Marcondes.

2. — *Cidade órfã*. — Lamenta-se que nossos trabalhos históricos “deixem Pindamonhangaba órfã” (sem fundador), coisa que não é inteiramente exata. Mas em assuntos científicos não se justifica qualquer sentimentalismo.

(a). — Nota de 1974: *Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga*, Comissão Estadual de Literatura, São Paulo, 1970.

(b) e (c). — Nota de 1974: Obras citadas em as notas 1 e 2 a seguir.

A maior parte das cidades brasileiras antigas não conhece seus fundadores ou essa matéria lhes é objeto de controvérsia (1). Os autores do grupo a que se filia, por exemplo, César Salgado (“contra Nóbrega ou sua primazia” — fundador único), seguem com relação a São Paulo orientação semelhante à nossa no que tange a Pindamonhangaba, e nem por isso historiador algum argumenta que “São Paulo ficará órfã”. É Álvaro do Amaral quem escreve:

“A cidade de São Paulo, na realidade, não teve UM FUNDADOR, — no sentido de ter sido, nos seus primórdios, criada por uma única pessoa” — “A cidade de São Paulo não foi fundada em um determinado dia” (2).

Por que Pindamonhangaba *precisa* ter um fundador e haver sido fundada em determinado dia? Hoje, a menos que descubramos novos documentos, somos de parecer que o problema da fundação de Pindamonhangaba deve ser colocado nas mesmas bases em que Jaime Cortesão colocou o de São Paulo:

“Foi um ato fluido no tempo e múltiplo na ação” (3).

3. — *Argumentum autoritatis*. — No trato das questões históricas de Pindamonhangaba, continua o uso ou abuso do chamado argumento de autoridade. Ora, são sobejamente conhecidas as causas psicológicas que levam a socorrer-se habitualmente do prestígio do nome de outrem.

Carentes de pesquisas e bons argumentos, os que perlustram nossa história se apegam à autoridade de Ataíde Marcondes, e, se se demonstra que este fraqueja, invoca-se a autoridade dos que o “repetiram”, quando não se citam pessoas que o elogiaram. O que se devia fazer, sem dúvida, era, mediante pesquisas, abonar o mestre. As pesquisas, porem, são demoradas e cansativas.

Entre as pessoas que teriam louvado a figura de Ataíde mencionase João Martins de Almeida, nosso saudoso jornalista, cronista social, poeta, publicista e professor, a nos lembrar o verso candente de Fedro: *Illiteratum plausum nec desidero*. O elogio dos que não são versados na matéria de que tratamos...

(1). — Hílio Damante, *Nova Paulística*, Comissão Estadual de Literatura, 1971, pág. 53.

(2). — Álvaro do Amaral, *O Padre José de Anchieta e a Fundação de São Paulo*, Comissão Estadual de Literatura, 1971, vol. I, p. 143; vol. II, p. 100.

(3). — *Apud* Ernâni da Silva Bruno, *op. cit.*

4. — *Ainda o documento*. — O “documento” de Ataíde da página 234, se autêntico e verdadeiro, só provaria que Bicudo Leme fundou a capela, não a povoação ou seja Pindamonhangaba, como erroneamente ensinava esse velho jornalista. Isso porque:

5. — *Capela, marco de fundação?* — Nem sempre capela é marco de fundação de uma povoação nos tempos antigos, outro equívoco de nossa história. Ainda com relação a São Paulo, os autores, como Álvaro do Amaral, que recusam Nóbrega-fundador, não aceitam o primitivo “Colégio (com capela) de Piratininga” qual marco de fundação da Capital bandeirante. Por que aceitar isso aqui?

Quando Bicudo ergueu a capela (se ergueu), já existia a povoação, o bairro de Taubaté. Por que em São Paulo e em outras cidades é de um jeito e em Pinda dever ser de outro?

6. — *Pedro Taques*. — Ataíde, seguido por César Salgado, cita Pedro Taques para provar que Bicudo fundou Pindamonhangaba. Outro equívoco. O linhagista se refere à vila, aos acontecimentos de 1705. E assim mesmo, no passo, indica ele a espécie de contribuição de Bicudo Leme. Somos inimigos de transcrições porque alongam o artigo e subestimam a cultura do leitor, mas aqui vai este relanço do notável Taques, que surpreenderá os leitores e a César Salgado:

“Antônio de Faria Sodré, irmão inteiro do P. João de Faria Fialho, fundador da vila de Pindamonhangaba, e da Igreja matriz dela, a quem deixou patrimônio para dos rendimentos ter sua cônica de 80\$000 por ano o vigário da dita igreja” (4).

7. — *Prova documental*. — Indiscutível o princípio em Crítica Histórica de que *pas de documents, pas d'Histoire*. Por isso se afirmou em jornal desta cidade (d), com muito acerto, que

“não se escreve história com boa intenções, mas com documentos”,

embora na mesma folha (e) a afirmação seja outra. Entretanto, a verdade é que os documentos constituem (na técnica da Crítica Histórica) fonte primária, primacial, fundamental, dos conhecimentos históricos.

(4). — *Nobiliarquia Paulistana*, edição Martins, III, p. 96.

(d). — Nota de 1974: Artigo de César Salgado, em *Tribuna do Norte*, depois estampado na revista *Paulistânia*, n. 76, janeiro-julho de 1972, sob o título *A Guarda de Honra do Príncipe D. Pedro*.

(e). — Nota de 1974: Artigo *Quem Fundou Pindamonhangaba* (II) de César Salgado.

8. — *Procedência do documento.* — A Crítica Histórica exige sejam conhecidos, em face de um documento apresentado, nome do autor, data e procedência. Esta não é só o lugar onde se encontra (melhor que “se encontrou ou se encontrava”) ou teria sido visto ou lido o documento. Ainda que Ataíde lealmente confesse que

“nas consultas feitas aos arquivos o auxiliou poderosamente seu sogro Benedito Marcondes Monteiro, sem o concurso do qual talvez não tivesse concluído o trabalho” (ver “Prefácio”),

vamos admitir que o documento realmente tenha sido encontrado na Matriz, sem haver nenhum engano. A Crítica quer saber mais: Seria um papel avulso, constaria de um livro, era original ou cópia, etc.? São detalhes importantes que não escapam ao verdadeiro historiador, como Benedito Marcondes H. Melo, cuidadoso até na assinalação de páginas.

Dr. César Salgado pretende esse documento haja sido extraído do Livro do Tombo. Apenas conjectura sua.

Primo oculo (e considerado isoladamente) se trata apenas de documento antigo e com aparência de ser autêntico (grafia, etc. Como não se conhece o original, outros elementos de autenticidade não podem ser identificados, como papel, tinta, caligrafia, etc.) e veraz (conteúdo), apesar de que, sob este aspecto, tropece naqueles “trinta anos pouco mais ou menos”, ponto crucial que se ladeia e não se esclarece.

9. — *Heurística.* — Já havíamos falado em heurística e, se não nos alongamos a respeito, foi porque, conhecendo a cultura do leitor, não quisemos maça-lo e tomar espaço. A disciplina que concerne à interpretação de documentos se chama hermenêutica. Esta se relaciona com a Crítica Interna (veracidade documental), aquela à Crítica Externa (autenticidade documental). O documento é falho em ambos os pontos: Faltam-lhe autoria e data, sendo vaga a procedência (heurística); os “trinta anos” são uma inverdade (hermenêutica). Por tudo isso, repetimos, Ataíde não pode servir de guia.

10. — *Ataíde Marcondes.* — Neste autor temos separado duas coisas: O homem e o historiador. Nossas críticas se dirigem a este, não àquele. Eis porque nos parece tempo perdido querer baralhar estas coisas, dando-se a entender que atacamos a pessoa. Não. E mesmo como historiador, de forma alguma, em tempo algum, falamos em desonestidade ou coisa semelhante.

11. — *Tricentenário.* — Duas teses se discutiam por esta revista: Bicudo Leme como fundador e a data de 12-8-1672 (esta de vital

importância). Ao parecer foi abandonada a defesa desta data como sendo a de fundação da cidade. Em que fica, pois, o Tricentenário?

12. — *Ano de 1647*. — Benedito Marcondes H. Melo deu 10-7-1647 como dia de abertura do Tombo desaparecido, engano que já apontamos em *Algumas Notas para a História de Pindamonhangaba*. O Tombo foi aberto em 1747, não em 1647. Houve evidente erro de imprensa no precioso trabalho de Benedito do século passado.

Percebem os leitores inteligentes que, admitido o ano de 1647, quando Bicudo Leme era um menino de 15 anos e ainda vivia em São Paulo ou Parnaíba, acaba-se a história dele como fundador.

Temos em diversas eventualidades evitado que o pouco conhecimento de nossa história prejudique ainda mais a tese que se quer defender: Bicudo-fundador. Nossas pesquisas não visam apenas a negar esse ponto de vista, mas confirma-lo se possível. Até agora, porém, elas tenderam para a negativa.

13. — *Documento de Benedito*. — Tanto isso é verdade que fomos nós quem divulgou, pela primeira vez, o trabalho de Benedito Marcondes H. Melo.

Esclarecemos em *Algumas Notas*, dando o seu a cujo é, que a descoberta desse trabalho se deve a Edgard Jacinto da Silva, alto funcionário do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não a nós. Também se esclareceu que o artigo de R. de L. se deve a uma lembrança de Lauro Silva, conservando carinhosamente recorte e anotação de seu saudoso pai. Hoje possuímos cópia xerográfica do trabalho.

Benedito, que admiramos como historiador, sem embargo de seus dispauteérios, entre os quais: Falar em capela de São José — traído pelo Tombo, que ele, sim, teve em mãos — e dizer que a povoação se originou da capela; Benedito, dizíamos, transcreve um assento desse livro de 1766, em que se relata que Bicudo fundou a capela “havia 80 anos pouco mais ou menos”, o que vai dar em 1686... constatação que César Salgado terá feito e briga também com a data de 12-8-1672 (5).

14. — *Os dois documentos*. — A Crítica Histórica, de que a crítica conjectural é apenas um aspecto (dos menos valiosos), chegou à conclusão (busca do texto original) de que o documento de Ataíde

(5). — Parece claro como água que quem, como César Salgado, aceita o documento de Ataíde (e o de Benedito), não pode, honestamente, apoiar tricentenário este ano.

deve ser uma cópia de cópia (não extração), e em menor extensão, do mesmo assento de 1766, trocados os 80 anos por 30, não se podendo garantir a sua veracidade quanto aos demais pontos, por haver desaparecido o original.

Essa alteração, em verdade, a Crítica não sabe de quem teria sido obra. Pode ter sido um erro de cópia, pode ter sido feita com segundas intenções. Como saber exatamente? Certo é que houve alteração, se não adulteração. Bicudo Leme não poderia, de modo algum, ter fundado a capela em 1697 e, se o Tombo falasse em “trinta anos”, Benedito teria transcrito o trecho respectivo.

15. — *Bicudo Leme e capela*. — O documento de Benedito fala, sim, em Bicudo Leme como fundador da capela (mais ou menos em 1686). Confiamos nesse autor e achamos que no Tombo estava isso escrito, ou seja, fundador “há 80 anos”.

Vamos, porém, devagar. Nesta altura, a Crítica passa a outros pontos:

a). — O documento é uma prova a mais contra a data de 12-8-1672;

b). — Escrito 80 anos depois dos fatos, o registro perde muito de seu valor probante em favor da tese Bicudo-fundador;

c). — Na certa foi registrado o que o então vigário (a Crítica já chegou a identificá-lo) ouviu dizer (tradição oral, hoje considerada fonte histórica de todo falha e perigosa para se assentarem os conhecimentos históricos) (6);

d). — Tradição oral está expressa naquelas palavras “pouco mais ou menos”;

e). — Como se poderá ver por outro lanço do Tombo, transcrito por Benedito e que nos fala em “matriz e capela do Senhor São José”, esse livro, bem assim todos os congêneres antigos, não merecem muito crédito. O notável historiador da Igreja, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, admitiu a probabilidade de erro no Tombo de Guaratinguetá, quando este registra que a cidade foi fundada em 1630. Dr. Félix Guisard Filho igualmente opôs sérias reservas a esse Tombo e em geral aos demais (7);

(6). — Afonso d'E. Taunay, *Os Princípios Gerais da Moderna Crítica Histórica*, in Rev. do IHGSP, n. XVI, pág. 325.

(7). — Guisard Filho, certamente, não diria o mesmo de nosso atual Tombo, cuidadosamente escrito por Mons. Azevedo.

f). — Pedro Taques escreveu seus livros nas cercanias de 1766, era procurador de nossa Matriz, e não deu crédito ao Tombo nem àquela tradição, jamais afirmando que Bicudo foi o fundador da primitiva capela local.

Por tudo isso temos dito que o relanço de nosso Tombo precisa ser roborado com outros elementos, informações e registros, preferentemente contemporâneos. Precisa, ele mesmo, ser provado. Trata-se apenas de começo de prova, como se diz na técnica forense.

Inexistem ou não são conhecidas “outras fontes”. Nenhum autor dá Bicudo Leme como fundador de Pindamonhangaba, a não ser os que copiaram Ataíde. Ao contrário, os grandes tradicionalistas, como Taques, Azevedo Marques, etc., dão, sim, como fundador, o Pe. Faria.

Benedito, com assento no Tombo, confere a Bicudo a fundação da capela. O mesmo faz João Romeiro, que chega a falar-nos em fundador da freguesia, afirmação incorreta, pois se ignora o exato momento em que nossa capela ou igreja primitiva teve um cura próprio ou vigário. Fundar capela, com sacerdote vindo de Taubaté, espaçadamente, para os atos religiosos, é uma coisa; conseguir a criação da freguesia (paróquia) é outra. Podia uma pessoa fundar capela e mudar daqui.

Muitas são as coisas “inferidas” do documento à sua revelia. O papel diz unicamente que Bicudo fundou a capela.

São atos diferentes: Fundar ou começar uma povoação, fundar uma capela, conseguir cura próprio, a criação de uma vila, etc.

16. — *R. de L.* — Esse jornalista não é “outro autor”, pois se abeberou em Benedito até no engano do ano de 1647. Quem lhe forneceu adminículos foi João Romeiro. *R. de L.* não investigou coisa alguma.

17. — *Brás Esteves Leme.* — O documento de Benedito-Ataíde, único argumento em favor de Bicudo, não fala em Brás, que deve ser retirado dessa história definitivamente. Como esse, dezenas de outros equívocos têm de ser expungidos de nossa história *repetida*, não estudada.

18. — *Cochilos de Ataíde.* — Depois de ter-se escrito que não se admitia houvesse Ataíde claudicado, já se reconhece agora que ele errou. Sem dúvida foi uma grande vitória da Crítica. Já acentuamos que antes de nós era *amém* geral.

Para abrir caminho à compreensão científica e menos lendária de nossa história, a Crítica teve de começar por abalar a hegemonia de Ataíde, fortaleza aparentemente inexpugnável pela falta de estudos sérios e pesquisas bem conduzidas. Foi um trabalho árduo, contra nossa vontade, visto que sempre alimentamos admiração pelo mestre, como homem público, combativo, vereador, jornalista, professor, poeta, publicista e tanta coisa mais, menos como historiador, principalmente de nossos priscos tempos.

19. — *História como ciência*. — Não merece consideração o dito de que história não é ciência, com seus métodos rigorosos de pesquisa e descoberta da verdade histórica.

Tendo citado Langlois e Seignobos, lembremos o que escreve Besselaar (doutor e especialista de nossos dias, também por nós citado):

“História é a ciência dos atos humanos do passado e dos vários fatores que neles influíram, vistos em sua sucessão temporal”.

A falta de documentos não autoriza a atuação de “boas intenções”, as hipóteses e conjeturas de modo arbitrário, ao sabor de conveniências e pontos de vista apriorísticos.

Quem se abalança a escrever sobre assuntos históricos, se não pesquisa em arquivos e não procura documentos (que existem ou devem existir), não pode argumentar com palavras. Justamente por essa razão se formam as lendas, se torcem os fatos, se infere indevidamente, se exagera, se inventam coisas com incrível facilidade e se fazem acréscimos gratuitos.

20. — *J. Marcondes*. — Nosso prezado amigo Marcondes estampou uma nota na “Folha de São Paulo” (2-3-72), em que procura bem situar a controvérsia objeto destes apontamentos. Merece alguns reparos que lhe pedimos licença para fazer a bem da verdade: Não consta que Rômulo Campos D’Arace tivesse realizado pesquisas e consultado grande volume de documentos. Se assim agisse não teria apresentado o projeto de lei. Nós não temos procurado provas de que a cidade não foi fundada em 12-8-1672. Vimos, sim, pedindo as provas da fundação nesse dia, argumentando contra essa data, de forma até aqui sem resposta. “Ninguém Fundou Pindamonhangaba” quer dizer exatamente: Não houve a fundação como é pintada por Ataíde, nem Bicudo Leme foi o fundador, nem houve fundação naquele dia. Estamos à espera até hoje de que se defina o que é *fundar*, *fundador*, *fundação*, para então apresentarmos os elementos de que dispomos. Os que defendem aquela data não apresentam nenhuma prova.

Destaquemos a observação do arguto jornalista de que a lei inclui uma data “provavel”. Precisamente contra isso nos insurgimos: Festejar um Tricentenário provavel. O Tri que se oficializou e se quer que seja, mas não é. . .

21. — *O leitor*. — Mister salientar sempre a qualidade dos que têm acompanhado a discussão em torno dos problemas ora ventilados: Historiadores e pesquisadores da zona, até mesmo de São Paulo, alunos e professores de nossas Faculdades, um público de alto gabarito cultural, jovens que são reais esperanças como historiadores. Pinda e o Vale não são mais “interior” e têm preparo para julgar de acertos e desacertos históricos, graças a Deus.

22. — *Conclusão*. — Renovamos nossas homenagens a quantos, suficientemente preparados, como o ilustre dr. César Salgado, dissentem de nós. Foi dito o *quantum satis*, podendo-se concluir em resumo:

a). — Não se provou que a efeméride de Ataíde de 12-8-1672 é verdadeira, ou pelo menos provavel ou possivel;

b). — Apenas se ensaiou a prova de que Bicudo Leme fundou a capela, o que não é, positivamente, *fundar Pindamonhangaba*;

c). — Nossas críticas e reparos históricos, propiciados por pesquisas, bem é que sempre se repita, mostram que nossa história deve ser totalmente revista.

Notas finais:

I. — O Tombo de Guaratinguetá também se acha desaparecido desde 1938, segundo informam historiadores de lá. A impressão que se tem é que esses livros não desapareceram, não se extraviaram, não se destruíram.

II. — Também ao que estuda nossa história fica a impressão de que Ataíde não chegou a compulsar o Tombo. O que escreveu na página 403, talvez o único lugar em que se refere ao livro, não é verdade e não podia constar do Tombo, ou seja, que em 1707 foi construída nova matriz sob a invocação de Nossa Senhora do Bom Sucesso. Isso não vem escrito no documento da página 234. Bem pode ser que a nova igreja tenha sido erguida anos antes. Invocação da Virgem desse nome existiu pelo menos desde 1693.

III. — Alguns jejunos em história de Pindamonhangaba acham que nossos estudos estão tirando ou diminuindo os “300 anos” da cidade. Engano. Eles nos levam presentemente a admitir que Pinda tem bem mais de 3 séculos, donde ser verdade que estamos aumentando os 300 anos.

Pindamonhangaba, março-abril de 1972.

Observação final: Em nosso artigo I, publicado em o n. 97 desta Revista, as notas em algarismos são de dezembro de 1971 e assim o próprio artigo; as notas em letras são de janeiro de 1974.

Errata: No artigo anterior, estampado nesta Revista, n. 99, onde na pág. 187, nota 1, está “16-1-1972”, leia-se 7-11-1971; na pág. 192, onde, em a nota com asterístico, se diz “3º artigo”, leia-se 4º artigo.